

AGROECOLOGIA E ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DO PARANÁ: ECOLOGIZAÇÃO E AUTONOMIA.

Adriano da Costa Valadão¹

¹Doutorando em Sociologia; Mestre em Ciências Sociais Aplicadas Email:
adrianocv01@yahoo.com.br

GT 06: Meio Ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento

Introdução

Neste trabalho procuramos discutir o processo de ecologização em curso nos assentamentos rurais, através das proposição do MST e algumas das experiências concretas existentes nos assentamentos do Estado do Paraná. A partir de meados da década de 1990, alguns assentamentos rurais passam desenvolver experiências em agricultura alternativa. A partir das discussões do IV Congresso Nacional do MST, realizado em 2000, a agroecologia passa a ser assumida pelo Movimento como nova matriz produtiva em substituição ao modelo de agricultura da Revolução Verde. Assim, diversos assentamentos rurais ligados ao MST tem desenvolvidos processo de ecologização através de processos de transição agroecológica. As famílias assentadas buscam uma maior autonomia, desenvolvendo processos de recampesinização.

Interfaces entre a sociologia rural e sociologia ambiental

O período que se sucedeu a Segunda Guerra mundial, o mundo viveu um período de crescimento econômico sem precedentes. O período entre as década de 1950 e 1970 ficaram conhecidos, entre outros termos, como a *Era de ouro*. A produção industrial e agrícola ampliaram sua produtividade e o comercio mundial avançou muito. Por outro lado todo este crescimento econômico apresentou uma face que ficou praticamente ignorada, “a poluição e a degradação ecológica” (HOBSBAWM, 1995, p 257).

A conscientização acerca da degradação ambiental, principalmente da poluição industrial, leva a constituição de um forte movimento ambientalista ao final da década de 1960. A sociologia passa a se preocupar com a relação sociedade-natureza. Até este momento os sociólogos “não dispunham de um corpo teórico ou tradição empírica que os guiasse em direção ao entendimento da relação entre sociedade e natureza” (FERREIRA, 2005, p. 185).

Autores, como Catton e Dunlap (1978) chegam a propor um novo paradigma para as ciências sociais, no qual a análise da sociedade humana não pode ser feita sem considerar os fatores ambiental. Importantes autores da sociologia contemporânea, como Offe (1985) e Touraine (1985) tratam da questão ambiental, mas focando apenas a organização do movimento ambientalista. Já autores, como Beck (1997) e Giddens (1996, 1997) trazem o debate ecológico para o centro da discussão social, pois não se trata somente de combater a degradação ecológica, pois cada vez mais as alterações no meio ambiente comprometem toda a humanidade. Para Giddens (1996, p.257) a crise ecológica é “uma expressão material dos limites da modernidade”.

A ação do movimento ambientalista, o avanço da pesquisa e a crescente conscientização da degradação ambiental levam inclusive a organismos internacionais, como a ONU a promover estudos, painéis, encontros e conferências sobre a temáticas da degradação ambiental e suas consequências para o planeta. A Conferência sobre o Meio Ambiente, a ECO-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro é provavelmente o mais importante evento desta temática organizado pela ONU. Seja em sua programação oficial ou nas ações dos eventos paralelos não-oficiais, este evento chamou a atenção da sociedade sobre o tema do meio ambiente e as possíveis consequências que a atividade humana estariam acarretando para o planeta, dando um forte impulso ao movimento ambientalista. Ou como coloca Leis (1995, p. 34), “o aspecto mais forte da Conferência do Rio [foi] a emergência germinal de uma sociedade civil planetária”.

Na sociologia rural, podem ser encontrados alguns dos antecedentes da *sociologia ambiental*, apesar desta não ter surgido por esta vertente, e sim dos problemas relativos a poluição industrial (JOLLIVET, 1998). Assim, o debate acerca da questão agrária, um elemento estrutural do modelo capitalista, também vem apresentando uma a dimensão ambiental. Pois conforme seu momento histórico apresenta e incorpora determinados elementos característicos de sua época, “neste final de século, o debate a respeito da questão agrária contém antigo e novos elementos”. Destaca-se a centralidade pela “disputa política por diferentes projetos de desenvolvimento do campo”(FERNANDES, 2001, p. 19). Nesta disputa por projetos diferentes a questão ambiental tem se mostrado como central.

Neste disputa por projetos de desenvolvimento do campo, destacam-se duas propostas, de uma lado as proposições do agronegócio, o qual mantém e aprofunda o modelo de desenvolvimento atual. Busca fazer do campo um local de fornecimento de matérias-primas para indústria e como tal, deve funcionar da mesma maneira. Para os defensores deste

modelo, as questões sociais não são relevantes, visto que o campo não é um local de moradia, ou um local para as pessoas viverem. Nesta visão, a questão ambiental é vista como um impedimento do desenvolvimento econômico.

Por outro lado, a proposta dos movimentos sociais, sobretudo os movimentos ligados à Via Campesina, buscam um projeto alternativo de desenvolvimento do campo. Este projeto tem como base uma agricultura camponesa, que busque desenvolver relações de igualdade e justiça social, a soberania alimentar dos povos, a produção de alimentos de forma saudável e sustentável e com respeito as tradições culturais locais. (VIA CAMPESINA, 2010). Assim o campo é visto como um espaço de vida, onde moram pessoas, que se produz cultura, de onde as pessoas tiram seu sustento e que busca uma autonomia. Uma autonomia, que não se trata de uma isolamento, mas sim dos grandes complexos de empresas, ou os Impérios Agroalimentares (PLOEG, 2008) que controlam os mercados agrícolas mundiais e que são a base do agronegócio. Ou como colocam Fernandes e Welch (2008, p. 166):

O sistema agrícola do agronegócio é distinto do sistema agrícola do campesinato. No sistema agrícola do agronegócio, a acumulação, a monocultura, o trabalho assalariado e a produção em grande escala são algumas das principais referências. No sistema agrícola camponês a reprodução, a biodiversidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala são algumas das principais referências.

O modelo da agricultura convencional, apresenta sinais de crise, não são previstos grandes aumentos de produtividade (BUTTEL, 1995), mesmo com o desenvolvimento de novas tecnologias como foi na época da Revolução Verde. Também são questionados os efeitos dos agroquímicos sobre a saúde humana e sobre o meio ambiente. Assim, a pressão por uma agricultura “mais limpa” levou a iniciar uma transição agroecológica, a qual é marcada por um processo de ecologização da agricultura. Esta ecologização pode ser compreendida como um período de politização ecológica da agricultura, onde os movimentos ambientalistas, cada vez mais exercerão pressão e influências sobre as políticas agrícolas e alimentares (BUTTEL, 1995).

Esta ecologização não pode ser compreendida como uma volta a agriculturas tradicionais autóctonas. Mesmo que isso possa acontecer em algumas regiões, principalmente regiões marginais. As agriculturas ecológicas em emergência, devido ao estágio de tecnificação e a utilização de práticas desenvolvidas pela ciência moderna, estarão muito mais próximas ao modelo da Revolução Verde do que das agriculturas autóctonas tradicionais. (BUTTEL, 1995). Esta ecologização ainda apresenta diversas faces, pois vão desde os que defendem a manutenção do modelo, apenas com a utilização de menos insumos químicos ou

buscando nesta uma justificativa para a utilização de novas tecnologia que são muito questionadas, como os transgênicos, até os que a partir da ecologia esta sirva como base para transformações estruturais no modelo agrícola e na sociedade como um todo em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Como proposição para a transição a uma agricultura ecológica os movimentos sociais do campo assumiram a defesa da agroecologia como forma de produção a ser adotada pelos assentamentos rurais. Esta, surge como uma ciência ou enfoque científico, que busca aproximar as ciências agrárias da ecologia, e com base em sua unidade de análise, os agroecossistemas, fornecer subsídios para um processos de transição para uma agricultura mais ecológica e sustentável (ALTIERI, 2001). Da mesma forma, a agroecologia incorporou uma dimensão social, sem abandonar seus aspectos técnicos, a partir da compreensão das formas de exploração e dependência a que estão submetidos os agricultores (SEVILLA GUZMAN, 2000). Questionando a destruição das culturas camponesas com base no mito da superioridade do mundo urbano sobre o rural, e do campo apenas como um local de produção de mercadorias, a agroecologia, ganha uma dimensão “subversiva e crítica” (SEVILLA GUZMAN, 1993, p. 91). Outra dimensão importante da agroecologia, está na busca de um diálogo, entre o conhecimento científico com os saberes tradicionais das populações indígenas e camponesas. Pois estes podem constituir-se como base para o desenvolvimento de agricultura mais sustentáveis, visto que estes por muito tempo utilizaram diversos ecossistemas em promover sua degradação. A agroecologia busca assim construir uma base científica com fundamentos epistemológicos diferentes da ciência tradicional (GOMES, 2005).

Modernização conservadora, questão agrária no Brasil e agricultura alternativa.

No Brasil, o processo de modernização do campo, organizado durante o regime militar (1964-1985), é um dos principais fatores que possibilitaram a reorganização do movimento de luta pela terra¹ no final da década de 1970. O processo de modernização acabou por expulsar milhões de camponeses do campo, os quais não conseguiam mais colocações urbanas, assim como as políticas de colonização das fronteiras agrícolas mostravam seus problemas. Esta modernização ficou conhecida como conservadora ou “dolorosa” por se modernizar em cima de uma estrutura agrária herdada do passado colonial, beneficiando uma minoria de proprietários rurais (SILVA, 1981). A crítica ao processo de modernização inicialmente estava

¹ Também contribuíram para a reorganização dos luta pela terra, o trabalho da Comissão Pastoral da Terra, o processo de abertura política que permitiu a organização de diversos movimentos sociais e sindicais e o fim do período de rápido crescimento econômico da década de 1970, (STÉDILE E FERNANDES, 1999).

centrada em seus problemas sociais, pois predominava a concepção que não era um problema da adoção das modernas tecnologias em si, mas da apropriação social dos meios de produção.

Por outro lado, alguns setores questionavam o modelo de modernização. Esta estava na defesa em torno da ideia de Agricultura Alternativa. A qual se articulou em um movimento na qual a principal expressão eram os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA)². Este movimento se destaca por conseguir “reunir pessoas e instituições com objetivos e motivações bastante diferenciadas, destacando-se por um lado, as diversas correntes e experiências produtivas, existentes e, por outro lado, uma diversidade de instituições (públicas e privadas) e movimentos sociais que lutavam por mudanças mais profundas na sociedade” (LUZZI, 2007, p. 36). Por outro lado havia uma fragilidade nas propostas, pois superavam apenas parcialmente o modelo da revolução verde, já que a maioria das propostas estava centrada na substituição de insumos.

O Movimento pela Agricultura Alternativa influenciou diversas organizações, desde setores de órgãos de extensão rural e de pesquisa, ONGs e movimentos sociais. Entre estes movimentos sociais, o MST, que chegou a participar dos EBAA's. Um dos primeiros documentos produzidos por este Movimento, o livro *Construindo o Caminho* (MST, 1986) defende como uma das propostas para organização dos assentamentos rurais “o uso de tecnologias alternativas”. O material traz uma crítica ao modelo e as práticas da agricultura convencional e chega a elencar algumas práticas alternativas para serem utilizadas pelas famílias assentadas.

Este material também traz a proposta da cooperação agrícola como forma de organizar a produção dos assentamentos. Esta proposta surge no MST, a partir da contribuição de diversos mediadores. Cada agente de mediação envolvido com questão da Reforma Agrária, via na cooperação uma forma de inserir seus ideais entre as famílias assentadas, seja no ideal de comunidade dos agentes pastorais; na construção do socialismo dos militantes dos partidos políticos de esquerda ou do próprio MST; ou na predeterminação da eficácia na inserção no mercado para os técnicos governamentais (D'INCAO e ROY, 1995, p. 27). Para o MST, esta proposta se materializou principalmente através das CPAs – Cooperativas de Produção Agropecuária, onde os meios de produção eram coletivos, assim como é introduzida a divisão social do trabalho, de forma semelhante ao que acontece na indústria (MST, 1993, p. 8).

Mesmo com a proposição da utilização de tecnologias alternativas, essa preocupação

² Os EBAA's eram organizados principalmente pela FAEAB – Federação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil e da FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil. Foram quatro encontros que progressivamente foram da crítica a agricultura convencional a divulgação de experiências concretas. (LUZZI, 2007)

não se traduziu em ações práticas nos assentamentos rurais. Os assentamentos reproduziam o modelo da agricultura convencional. Essa adoção do modelo da agricultura convencional ocorria de forma parcial (CAPORAL, 1994). Assim, além das áreas serem normalmente pequenas, o que não proporcionava o ganho em escala, a produtividade nem sempre alcança assim índices semelhantes da agricultura convencional de larga escala. Em muitos casos era aplicado, por exemplo, “pouco adubo”, fazendo com que a produtividade fosse muito menor em relação aos agricultores que aplicavam as recomendações técnicas. Por outro lado, muitas famílias assentadas, desenvolveram práticas de agricultura tradicionais, não fazendo o uso de insumos químicos, em parte ou em toda seu lote.

Essa opção pela utilização de técnicas da agricultura convencional por parte das famílias assentadas pode ser creditada a diversos fatores ligados ao processo de modernização do campo. Incluindo principalmente as políticas de assistência técnica, que discriminavam os conhecimentos da agricultura tradicional camponesa, considerando-a atrasada e as políticas de crédito existentes até então, principalmente o PRONERA³. Suas normativas e gerenciamento através dos bancos públicos acabavam por exigir a utilização do pacote tecnológico convencional⁴.

Ainda em 1997 inicia-se o que pode ser considerada a primeira grande experiência com agricultura alternativa do MST, a produção de sementes de hortaliças nos assentamentos de Hulha Negra no Rio Grande do Sul e comercializadas sob a marca Bionatur. A produção de sementes de hortaliças já era realizada através de grandes empresas, mas suas práticas excluía um grande número de famílias. Criou-se condições para a introdução de práticas ecológicas e a eliminação de insumos químicos. (MST, 2006). Essa experiência ajudou o MST a aprofundar sua crítica ao agronegócio, assim como mostrou que havia possibilidade concreta de realizar a produção sem a utilização de insumos químicos e utilizando técnicas alternativas de produção.

Agroecologia e os assentamentos rurais do MST

A partir da realização do IV Congresso Nacional do MST, realizado na cidade Brasília em 2000, a proposição da utilização de tecnologias alternativas começa a ganhar destaque nas proposições do Movimento (MST, 2000). A partir deste momento a agroecologia passa a ser defendida como nova matriz tecnológica a ser assumida pelas famílias assentadas. Ampliam-se

³ O Programa Nacional de Crédito Especial para Reforma Agrária – foi criado em 1986 e extinto em 1999, quando seu público foi incorporado ao PRONAF.

⁴ A liberação dos créditos era condicionada a um projeto no qual os agentes financeiros que gerenciavam os recursos exigiam a utilização dos insumos e tecnologias da Revolução Verde, além disso os assentados adquiriam produtos ou serviços que eram pagos diretamente as empresas ou prestadores de serviço.

assim o desenvolvimento de experiências agroecológicas nos assentamentos rurais. Documentos e entrevistas de lideranças do MST, criticam o modelo do agronegócio e reafirmam a necessidade de mudança da matriz produtiva e tecnológica dos assentamentos rurais (MST, 2006). Em recente entrevista, uma das principais lideranças do MST, ao avaliar os 25 anos do Movimento coloca que:

Nós avançamos muito e digo isso com uma autocrítica porque há seis, dez anos atrás, nós não dávamos bola para a agroecologia, achávamos que era coisa de ambientalista. Quando começamos a perceber a gravidade da produção agrícola, as consequências dos agrotóxicos, do monocultivo, é que fizemos uma autocrítica e adotamos a agroecologia. (STÉDILE, 2009).

O MST assume a agroecologia como nova matriz produtiva e tecnológica para os assentamentos rurais ao compreender que “ela responde aos princípios e objetivos que norteiam o movimento na luta pela reforma agrária, a partir da visão política do movimento social” (MST, 2006, p.59).

Segundo Toná (2004), Eng. Agrônomo do Setor de Produção, cooperação e Meio Ambiente do MST do Paraná, ao analisar a compreensão da agroecologia no MST, destaca duas dimensões sobre o papel da agroecologia para o Movimento Social, a da *resistência* e da *superação*. A dimensão da *resistência* se manifesta no embate contra o modelo da agricultura convencional e na busca da autonomia das famílias frente a grandes empresas transnacionais. Esta dimensão se reflete nas ocupações de terra, na adoção da policultura pela maioria destas famílias a fim de satisfazer as suas necessidades alimentares. Assim como diversas famílias desenvolvem experiências de transição agroecológica e comercialização através de canais alternativos, como feiras e programas públicos.

A segunda dimensão, a de *superação*, busca a “construção de um novo modelo para o campo, centrado na valorização do ser humano e todas as formas de vida” (TONÁ, 2004, p.3). Assim, a agroecologia assume para o MST a perspectiva de uma outra forma de relação das pessoas com o mundo natural, não mercantil, mas sim, construir uma sociedade que atenda as necessidades dos seres humanos sem degradar os recursos naturais. As experiências de transição tem como base uma lógica diferente da lógica do modelo capitalista, por exemplo, ao privilegiar a produção para o sustento familiar e não a comercialização. Por outro lado, estas experiências estão limitadas pelo contexto estrutural do modelo capitalista. Portanto, essa é uma dimensão que permanece muito mais em um plano utópico; de um *devoir*. É uma dimensão presente principalmente nos momentos de *mística*⁵ dos movimentos sociais.

⁵ A mística é considerada como uma 'energia' que anima e dá força a luta dos militantes do MST; está presente não só nos momentos de rituais; mas em todas as atividades realizadas por seus militantes. (BOGO, 1999)

Neste processo de ecologização, o MST no Estado do Paraná, tem buscado incentivar o processo de transição agroecológica principalmente através do desenvolvimento de curso de formação para os jovens. Aliando a discussão da agroecologia com a movimentação pela Educação do Campo⁶ estabeleceu parcerias com instituições de ensino e pesquisa a fim de oferecer Cursos Técnicos e Superior de agroecologia para jovens assentados e filhos de assentados. No Estado do Paraná são oferecidos cursos de nível médio, de Técnicos em Agroecologia ou Técnicos Agrícola em ênfase em Agroecologia nas Escolas Milton Santos em Maringá; José Gomes da Silva, em São Miguel do Iguaçu e no Ceagro em Cantagalo e em sua nova sub-sede em Rio Bonito do Iguaçu; também há o Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia, oferecido na Escola Latino Americana de Agroecologia no município da Lapa. Todos funcionando com base na pedagogia da alternância, a qual é dividida em tempo escola e tempo comunidade. Neste ultimo, os estudantes desenvolvem atividades propostas pelas escolas e relacionadas à agroecologia em suas comunidades de origem. Ainda do que diz respeito a educação e pesquisa em agroecologia, em conjunto com os movimentos sociais da Via Campesina, o MST busca a implantação de políticas públicas de apoio a agroecologia e para o desenvolvimento de pesquisa neste sentido, um exemplo é a implantação, por parte do Governo do Paraná, de um Centro de Pesquisa em Agroecologia⁷ no município de Santa Teresa do Oeste pelo IAPAR – órgão estadual responsável pela pesquisa agropecuária.

A mobilização pela agroecologia também influi eventos de formação, como a Jornada de Agroecologia⁸, ou a participação em Encontros como da Rede Ecovida de Agroecologia⁹. São exemplo de grupos dos assentamentos que participam da Rede Ecovida, o Pré-Assentamento Emiliano Zapata, no município de Ponta Grossa e as famílias do Grupo Terra Livre no Assentamento Contestado do Município da Lapa. Da mesma forma, são desenvolvidos diversos projetos para buscar formas de apoiar o processo de transição agroecológica, como o Projeto Iguatu, desenvolvido na Região Sul e Metropolitana de Curitiba, abrangendo não só assentamentos, mas também outras comunidades rurais.

⁶ Educação do Campo é uma articulação entre diversos movimentos sociais, que defendem uma educação a partir da realidade do campo e que respeite sua cultura e seja um instrumento para o seu desenvolvimento.

⁷ O Centro Valmir Mota Keno, foi implantado em uma área da multinacional Syngenta, que realizava experimentos ilegais com organismos geneticamente modificados. Esta área foi ocupada diversas vezes por militantes da Via Campesina até que a empresa doou a área ao Governo do Estado que implantou a área e nomeou o centro em homenagem a um militante do MST que foi morto no local por seguranças da empresa.

⁸ A Jornada de Agroecologia é uma articulação entre movimentos sociais, ONGs, técnicos e acadêmicos na denúncia do agronegócio e na promoção da Agroecologia, tradicionalmente realiza um grande evento anual com a participação de mais de 4000 pessoas. Em 2009 foi realizada na cidade de Francisco Beltrão, Região Sudoeste do Paraná.

⁹ Rede Ecovida é uma articulação entre organizações, agricultores e movimentos sociais que defendem a agroecologia, sua principal ação é a Certificação de produtores agroecológicos de forma participativa.

Outro exemplo de áreas que tem conseguido avançar no processo de transição agroecológica é a Copavi, situada no Assentamento Santa Maria, em Paranacity. Essa experiência surgiu sob durante o processo de implantação de experiência de cooperativas coletivas da década de 1990. Mas ao contrário de outras experiências que tiveram que encerrar suas atividades ou permanecem no modelo de agricultura convencional, a Copavi, tem investido na transição agroecológica, produzindo hortaliças, açúcar mascavo e cachaça sem a utilização de insumos químicos.

Finalmente destacamos que as questões ambientais cada vez mais tem ganhado importância para a compreensão do mundo atual. No que diz respeito ao mundo rural, a relação sociedade-natureza cada vez mais assume um lugar central.

No Brasil, o modelo de modernização, implantado sem alterar a estrutura agrária, trouxe graves consequências sociais e ambientais. Por outro lado, ao longo de sua trajetória, o MST vai incorporando o debate ambiental, superando as propostas de modernização da agricultura e assume a agroecologia como a base para a organização dos assentamentos rurais. Busca assim, desenvolver processos de ecologização dos assentamentos rurais, a partir da agroecologia. Esta ecologização acaba assim por ser a base para processos de recampezinização do meio rural. Onde em locais antes vistos apenas como local de produção de matérias-primas, agora são lugares de vida, onde as pessoas moram, produzem suas condições de vida e buscam autonomia frente as grandes empresas do agronegócio. Da mesma forma, a agroecologia representa um instrumento de resistência ao modelo de modernização da agricultura convencional, ao mesmo tempo que quer ser um ensaio de uma outra forma de organização social e do ser humano se relacionar com a natureza.

Referências

- ALTIERI, M.: **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 1997, p. 11-72.
- BOGO, A. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.
- CAPORAL, F. R. A questão tecnológica na realidade dos assentamentos de **reforma agrária**-RS – questões para o debate. Santa Maria: Emater, 1994.
- CATTON JR, W. R.; DUNLAP, R. E. Environmental sociology: a new paradigm. **The american sociologist**. V.13, feb, 1978, p. 41-49.
- CONCRAB. A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST. (1989-1999). **Cadernos de Cooperação Agrícola**, São Paulo, n.8, 1999.

D'INCAO, M.C.; ROY, G. **Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FERNANDES, B.M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez, 2001.

FERREIRA, L.C. A centralidade da interdisciplinaridade nos estudos sobre ambiente e sociedade. **Política e Sociedade**, São Paulo, n. 7, out, 2005, p. 185-201.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional.. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Unesp, 1997, p. 73-134.

GIDDENS, A. **Para além da direita e da esquerda**. São Paulo: Unesp, 1996.

GOMES, J. C. C. Bases Epistemológicas da Agroecologia. In: AQUINO, A.M.; ASSIS, R.L. (orgs). **Agroecologia: Princípios e Técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília, DF. Embrapa, 2005.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOLLIVET, M. A “vocação atual” da sociologia rural. **Estudos, sociedade e agricultura**. n.11, out. 1998. p. 5-25.

LEIS, H. R.. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política ambiental. In: VIOLA, E. J. et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1995, p.15-43.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. Tese (Doutorado) Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, Rio de Janeiro, 1997

MST. **Construindo o caminho**. São Paulo: MST, 1986.

_____. **Reforma Agrária**. Por um Brasil sem latifúndio!. 4ª Congresso Nacional – MST, Brasília (DF), 7-11 de ago de 2000.

_____. **Bionatur: sementes patrimônio dos povos a serviço da humanidade**. Rede bionatur sementes agroecológicas. Bionatur. s.l. 2006.

OFFE, C. New social movements: challenging the boundaries of institutional politics. **Social Research**, vol. 52, n. 4 (Winter) 1985. p. 817-868

SEVILLA GUZMAN, E. **Agroecologia y desarrollo rural sustentable: uma propuesta desde Latino América**. XI Curso Intensivo em Agroecologia: Princípios y Técnicas Ecológicas Aplicads a la Agricultura. 2000.

SEVILLA GUZMAN, E.; LÓPEZ CALVO, Araceli . Agroecologia y campesinado: reflexiones teóricas sobre las ciencias agrárias ante la crisis ecológica. **Actas de las Jornadas de Historia Agraria** : Almería, 19-23 de abril de 1993.

SILVA, J.G. **Modernização dolorosa**. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

STÉDILE, J.P.; FERNANDES, B.M. **Brava gente**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

STÉDILE, J.P. **Governo Lula está em dívida com MST**. Entrevista realizada em 15/08/2009. Disponível em www.mst.org.br/node/7958 acesso em 19/08/2009.

TONÁ, Nilciney. **Uma reflexão sobre a agroecologia no MST-PR**. Paranacity – PR, agosto de 2004 (não publicado).

TOURAINÉ, A. An introduction to the study of social movements. **Social Research**, vol. 52, n. 4 (Winter) 1985. p. 749-787.

VIA CAMPESINA. **¿Quién somos?** La voz de los campesinos y de las campesinas del mundo. Disponível em www.viacampesina.org. Acesso em fevereiro de 2010.

WELCH, C.A.; FERNANDES, B.M. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULILO, E.T.; FABRINI, J.E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular: Unesp, 2008.